

Palácio dos Bandeirantes
Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900 - Fone: 3745-3344

Nº 63 – DOE – 01/04/21 - seção 1 – p.21

COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998 Balanço Patrimonial - Hospital Estadual de Bauru "Dr. Arnaldo Prado Curvêllo" - Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - Famesp

**FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR**ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE
CNPJ/MF 46.230.439/0001-01
HOSPITAL ESTADUAL BAURU – HEB
CNPJ/MF 46.230.439/0003-73**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Conselheiros e Administradores da FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR – FAMESP – HOSPITAL ESTADUAL DE BAURU, Bauru – SP, OPINIÃO: Examinamos as demonstrações financeiras da FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR – FAMESP – referente ao contrato de gestão do HOSPITAL ESTADUAL DE BAURU, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR – FAMESP – referente ao contrato de gestão do HOSPITAL ESTADUAL DE BAURU em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBCGT 1000) e a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002).

BASE PARA OPINIÃO: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL:** Conforme a nota explicativa nº 1, as demonstrações financeiras da Entidade apresentam passivo a descoberto no montante de R\$ 11.656.244,13 e o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 19.218.455,40, requerendo a manutenção de forte gestão administrativa e negociação com o Estado para suprir essa deficiência. Este fator é um indicativo de que a continuidade normal das operações da Entidade depende do êxito das medidas tomadas pela Administração. Neste sentido, as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades em regime normal de operações, não incluindo qualquer ajuste em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto. **OUTROS ASSUNTOS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** Leitura das demonstrações financeiras: Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, o HOSPITAL ESTADUAL DE BAURU não possui personalidade jurídica própria, visto que a FAMESP é a responsável pela operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde do Instituto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da FAMESP. **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contê-lo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; - Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2021.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.

Vagner Alves Lira

CRC 2SP033482/O-3

CT CRC Nº SP222941/O-8

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em Reais)**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)**

ATIVO	Notas	2020	2019
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.996.084,14	4.366.793,79
Estoque	4	5.225.756,32	3.781.488,15
Contas a Receber		40.534,55	40.534,55
Contas Correntes	9	1.515.481,39	1.464.409,78
Adiantamentos Diversos		321.567,07	231.968,66
Total do Ativo Circulante		10.099.423,47	9.885.194,93
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais		1.485.685,62	813.974,91
Imobilizado	5	16.800.478,90	14.232.482,97
Intangível	6	1.903,20	1.903,20
Total do Ativo Não Circulante		18.288.067,72	15.048.361,08
TOTAL DO ATIVO		28.387.491,19	24.933.556,01

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	Notas	2020	2019
CIRCULANTE			
Fornecedores		5.514.233,55	6.289.674,10
Salários a Pagar	7	5.851.001,55	5.594.138,70
Férias e Encargos a Pagar	3.f	11.936.235,72	10.260.380,55
Tributos a Recolher e Outras Obrigações Pessoal	8	5.482.232,52	4.965.340,55
Contas Correntes	9	429.440,27	543.599,04
Obrigações a Pagar - DAE	10	-	97.623,75
Contas a Pagar		104.735,26	80.537,37
Total do Passivo Circulante		29.317.878,87	27.831.294,06

continua

NÃO CIRCULANTE		2020	2019
Provisão para Contingências	11	4.371.212,67	3.735.317,79
Repasse para Investimento	3.i	6.354.643,78	6.311.002,26
Total do Passivo Não Circulante		10.725.856,45	10.046.320,05

PATRIMÔNIO SOCIAL (PASSIVO A DESCOBERTO)		2020	2019
Variação Patrimonial		(11.656.244,13)	(12.944.058,10)
Total do Patrimônio Social (Passivo a descoberto)		(11.656.244,13)	(12.944.058,10)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL (PASSIVO A DESCOBERTO)		28.387.491,19	24.933.556,01

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

RECEITAS		2020	2019
Repasse SESSP - Contrato de Gestão		186.249.368,00	178.440.000,00
Receita Amortização Repasse Para Investimento		251.158,48	621.191,08
Outras Receitas		500.750,56	793.833,02
Total		187.001.277,04	179.855.024,10

DESPESAS		2020	2019
Com Pessoal	(121.651.625,75)	(113.595.095,43)	
Serviços Especializados	(8.421.495,96)	(7.321.901,11)	
Com Medicamentos	(40.383.785,97)	(36.000.248,28)	
Administrativas	(18.696.935,81)	(19.950.727,87)	
Total	(189.153.843,49)	(176.867.972,69)	

Resultado Operacional		2020	2019
Receitas Financeiras Líquidas		182.794,73	343.016,10
Constituição Provisão para Contingências		(635.894,88)	(598.359,58)
Receitas com Doação		3.893.480,57	8.853.506,19
Superávit do Exercício		1.287.813,97	11.585.214,12

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

	2020	2019
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	1.287.813,97	11.585.214,12
Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.287.813,97	11.585.214,12

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

	Variação	Total
	Patrimonial	
Saldos em 31/12/2018 (Passivo a descoberto)	(24.529.272,22)	(24.529.272,22)
Superávit do Exercício	11.585.214,12	11.585.214,12
Saldos em 31/12/2019 (Passivo a descoberto)	(12.944.058,10)	(12.944.058,10)
Superávit do Exercício	1.287.813,97	1.287.813,97
Saldos em 31/12/2020 (Passivo a descoberto)	(11.656.244,13)	(11.656.244,13)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2020	2019
Superávit do Exercício	1.287.813,97	11.585.214,12
Itens que não afetam o Caixa:		
Depreciação	1.558.590,89	1.450.747,66
Receita de Doação Bens Ativo Imobilizado	(3.500.189,49)	(2.945.612,35)
Reversão de Provisão para Contingência	635.894,88	598.359,58
Amortização de Repasses para Investimento	(251.158,48)	(621.191,08)
Resultado Ajustado	(269.048,23)	10.067.517,93

Ativos:	2020	2019
(Aumento) Redução em Contas Correntes – Ativo	(51.071,61)	(317.914,16)
(Aumento) Redução em Depósitos Judiciais – CP	-	164.561,73
(Aumento) Redução em Depósitos Judiciais – LP	(671.710,71)	(173.157,35)
(Aumento) Redução em Estoques	(1.444.268,17)	(6.484,14)
(Aumento) Redução em Adiantamentos	(89.598,41)	(191.648,51)

Passivos:	2020	2019
Aumento (Redução) em Contas Correntes – Passivo	(114.158,77)	(7.506.566,96)
Aumento (Redução) em Fornecedores	(775.440,55)	(1.106.352,54)
Aumento (Redução) em Obrigações com Funcionários	1.932.718,02	(1.867.838,70)
Aumento (Redução) em Contas a Pagar	(73.425,86)	(442.688,62)
Aumento (Redução) em Repasses para Investimento	294.800,00	308.500,00
Aumento (Redução) em Impostos e Obrigações Sociais	516.891,97	1.171.846,90
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	(744.312,32)	99.775,58

Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	2020	2019
Aquisição de Ativo Imobilizado	(626.397,33)	(814.914,69)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	(626.397,33)	(814.914,69)
Acréscimo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.370.709,65)	(715.139,11)
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	4.366.793,79	5.081.932,90
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do exercício	2.996.084,14	4.366.793,79

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em reais)

1. ATIVIDADES OPERACIONAIS: O HOSPITAL ESTADUAL DE BAURU iniciou suas atividades em 26 de dezembro de 2002 e tem como objeto contribuir com a Entidade, desenvolvendo a saúde, prestando assistência médico-hospitalar, conforme princípios definidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), fazendo a promoção, proteção, prevenção e educação para a saúde e fomentando a pesquisa e ao desenvolvimento científico aplicado à saúde. A Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - FAMESP, entidade sem fins lucrativos, de acordo com a ata da 4.ª Reunião Extraordinária do seu Conselho de Curadores realizada em 07 de novembro de 2002, como interveniente, assumiu a gestão do Convênio de Parceria na Gestão de Serviços Públicos de Saúde, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a UNESP – Portaria nº 422 de 09/10/2002 publicado no DOE de 29/10/2002 - para a administração dos serviços de saúde do Hospital Estadual Bauru, sendo de sua exclusiva responsabilidade a aquisição de material de consumo, medicamentos, equipamentos médico-hospitalares e contratação de pessoal, administrando os recursos enviados pela Secretaria da Saúde. O convênio encerra-se em 24/10/2012, contudo, o mesmo foi prorrogado até 31/10/2012. A partir de 01/11/2012, foi firmado novo acordo, porém na modalidade de Contrato de Gestão, entre a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e a FAMESP, com vigência de 5 anos. Em 01/11/2017, foi firmado novo contrato entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a FAMESP, para a gestão do Hospital Estadual de Bauru, pelo prazo de 5 anos. Em 2020 a FAMESP - Hospital Estadual de Bauru apresentou passivo a descoberto no montante de R\$ 11.656.244,13. A administração está atuando fortemente na redução dos custos hospitalares deste contrato, além de discutir junto à Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, a adequação dos repasses aos custos necessários para atendimento da demanda atual de pacientes, bem como, para a cobertura dos custos já incorridos em períodos anteriores.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil, que consideram as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei Nº 6.404/76 e alterações posteriores, bem como

continuação		2020		2019	
os entendimentos da NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e NBC ITG 2002/12 – Entidades Sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.					
Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem fins lucrativos. b. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. c. Uso de estimativas e julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à avaliação de ativos financeiros a valor justo, análise do risco de crédito na determinação da provisão para devedores duvidosos, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às referidas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são baseadas no custo histórico. d. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. A conclusão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da FAMESP em 05 de fevereiro de 2021.					
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS FINANCEIRAS: a) Ativo Circulante: O ativo circulante é demonstrado pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. b) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saques em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado". c) Imobilizado: Conforme demonstrado na nota explicativa nº 5, o imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear durante a vida útil econômica dos bens, contabilizados no resultado do exercício. A Administração analisou as taxas de depreciação em uso e entendeu que as mesmas estão apropriadas em relação aos níveis de utilização dos ativos. d) Intangível: Conforme demonstrado na nota explicativa nº 6, o intangível está contabilizado pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. Os softwares utilizados pela Entidade são amortizados durante o período de cinco anos. e) Passivo Circulante: O passivo circulante é demonstrado pelos seus valores originais, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridas, quando aplicável. f) Férias e Encargos a Pagar: Constituído com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes. g) Imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de Renda e a Contribuição Social não são devidos em decorrência da imunidade tributária, por tratar-se de Entidade sem fins lucrativos, amparada no artigo 150, inciso VI, letra "C" da Constituição Federal de 1988. h) Ajuste do Resultado: Adote-se o regime de competência mensural a contabilização das despesas e das receitas do exercício. i) Repasse para Investimentos: Refere-se ao reconhecimento de repasses/subvenções destinadas à aquisição de ativos imobilizados, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 07 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo que toda subvenção destinada a investimento será registrada em passivo não circulante e amortizada de acordo com depreciação ou amortização dos ativos adquiridos com estes recursos.					
4. ESTOQUES					
		2020		2019	
Medicamentos	1.811.143,04		1.218.563,02		
Material médico hospitalar	2.240.686,85		1.536.315,94		
Outros materiais de consumo hospitalar	160.995,79		167.308,26		
Almoxarifado	1.012.930,64		859.300,93		
	5.225.756,32		3.781.488,15		
5. IMOBILIZADO					
	2019	Adições	Doações	2020	
CUSTO AQUISIÇÃO					
Equipamento de CPD	3.101.214,68	28.454,97	-	3.129.669,65	
Móveis e Utensílios	5.689.225,46	38.516,86	1.050,00	5.728.792,32	
Móveis e Utensílios – Hospitalares	884.079,34	19.665,00	67.932,00	971.676,34	
Veículos	199.900,00	-	126.000,00	325.900,00	
Prédios e Instalações	6.168.943,36	-	-	6.168.943,36	
Equipamentos Hospitalares	15.527.277,57	539.760,50	3.305.207,49	19.372.245,56	
Máquinas e Equipamentos	1.097.324,10	-	-	1.097.324,10	
	32.667.964,51	626.397,33	3.500.189,49	36.794.551,33	
(-) DEPRECIAÇÃO					
Equipamento de CPD	(2.941.405,53)	(29.188,63)	-	(2.970.594,16)	
Móveis e Utensílios	(4.977.669,35)	(136.724,20)	-	(5.114.393,55)	
Móveis e Utensílios – Hospitalares	(891.923,51)	(9.136,91)	-	(901.060,42)	
Veículos	(112.060,00)	(6.040,00)	-	(118.100,00)	
Prédios e Instalações	(2.427.568,85)	(205.629,36)	-	(2.633.198,21)	
Equipamentos Hospitalares	(6.994.393,46)	(1.048.808,59)	-	(8.043.202,05)	
Máquinas e Equipamentos	(600.460,84)	(73.063,20)	-	(673.524,04)	
	(16.435.481,54)	(1.558.590,89)	-	(17.994.072,43)	
	14.232.482,97	(832.193,56)	3.500.189,49	16.800.478,90	
Em conformidade com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), através da interpretação técnica OPC 10, que versa sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimentos dos pronunciamentos técnicos CPCs de PME, a Fundação revisa a vista útil do ativo imobilizado do HOSPITAL ESTADUAL DE BAURURU, para efeito de cálculo das depreciações desde o exercício de 2010. A revisão foi elaborada com base na posição do ativo imobilizado em 01/01/10 e consistiu em: a) alteração de premissas elencadas no Item 34 da citada OPC 10. A taxa de depreciação foi definida por classe de ativos ou individualmente, se a natureza do bem ou do padrão de utilização diferenciados assim o exigirem, sendo a análise amparada por documentos externos quando isso se faz necessário.					
6. INTANGÍVEL					
	2019	2020			
CUSTO AQUISIÇÃO					
Softwares	243.031,79	243.031,79			
	243.031,79	243.031,79			
(-) AMORTIZAÇÃO					
Softwares	(241.128,59)	(241.128,59)			
	(241.128,59)	(241.128,59)			
	1.903,20	1.903,20			
7. SALÁRIOS A PAGAR: Valores relativos ao saldo líquido de salários a serem liquidados no quinto dia útil do mês seguinte à competência.					
	2020	2019			
Salários a Pagar	5.851.001,55	5.594.138,70			
	5.851.001,55	5.594.138,70			
8. TRIBUTOS A RECOLHER E OUTRAS OBRIGAÇÕES PESSOAIS					
	2020	2019			
FGTS a Pagar	1.225.176,92	1.071.328,24			
I.R.R.F serviços PJ e PF	42.817,63	42.962,29			
I.S.S a Pagar	7.388,43	8.827,12			
COFINS /CSL/ PIS a Pagar	57.806,00	53.963,29			
I.N.S.S sobre salários a Pagar	647.059,54	502.630,59			
I.N.S.S PJ e PF a Pagar	92.173,21	83.704,83			
Emprestimos Consignados com desconto em Folha	289.388,99	295.053,63			
I.R.R.F Folha de Pagamento	2.899.973,41	2.741.657,57			
Outros Descontos Folha de Pagamento	214.768,53	139.078,12			
Contribuição Sindical	5.699,86	28.134,87			
	5.482.232,52	4.965.340,55			
9. CONTAS CORRENTES: Os valores demonstrados a seguir se referem à prestação de serviços administrativos e assistenciais realizados entre as filiais FAMESP.					
	2020	2019			
Contas Correntes Ativas					
HEASE	424.408,63	308.674,26			
MSI	429.057,63	246.221,82			
AME BAURU	155.236,11	424.603,58			
AME ITAPETINGINA	28.217,64	113.735,24			
LUCY MONTORO	18.702,66	19.371,30			

AME BAURU 274.630,24 152.557,35
FAMESP – OS 185.228,48 199.242,22
Total 1.515.480,39 1.464.409,78

Contas Correntes Passivas
FAMESP – OS 292.892,29 401.990,36
HEASE 57.465,79 102.694,12
MSI 24.185,78 16.827,93
AME BAURU 54.896,41 22.086,63
Total 429.440,27 543.599,04

10. OBRIGAÇÕES A PAGAR – DAE: Por discordância na cobrança de taxa de esgotamento DAE – Departamento de Água e Esgoto de Bauru, a FAMES-HEB moveu ação (processo Nº 71.01.2008.001294-3) questionando-as, pois, antes de devolvê-la a rede pública a água de esgoto passa por tratamento de efluentes. Em novembro de 2008 a Entidade efetuou depósito judicial no valor de R\$ 982.571,46 e em Abril de 2009 foi efetuado depósito complementar no valor de R\$ 119.329,06, totalizando R\$ 501.900,52. Em 2015, restou decidida a pendência judicial envolvendo o citado depósito, momento em que o Poder Judiciário reconheceu o pedido em favor do DAE autorizando que este levantasse o montante anteriormente depositado. Remanesceu ainda a obrigação no valor de R\$ 1.670.360,51 que foi objeto de parcelamento administrativo firmado em 23/02/2015 a ser salda em 60 parcelas mensais reajustadas através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em 2020, o saldo devido pelo HEB ao Departamento de Água e Esgoto de Bauru – DAE foi liquidado.

11. CONTINGÊNCIAS: A FAMESP detém uma avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos contenciosos que surgiram no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos seus assessores jurídicos. A avaliação e classificação entre perda provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, atenuam os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como perda provável, que se referem as contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, devendo ser divulgadas as perdas possíveis. Processos Trabalhistas e Cíveis: Após trabalhistas movidas por ex-funcionário contra a FAMESP-HEB pleiteando a reintegração ao trabalho, pagamento dos salários vencidos e vencidos, horas extras e reflexos. Foram julgadas ações pleiteando indenizações por danos morais e materiais e ações de anulação de processos seletivos, além de mandado de segurança visando a garantia de direito em participação em processos de registros de preços. De acordo com os assessores jurídicos da Entidade, para suportar o risco envolvido, foi constituída uma provisão de R\$ 4.371.212,67. Para fins de divulgação, também conforme a opinião de nossos assessores jurídicos, o montante relativo a demandas judiciais trabalhistas classificadas como perdas possíveis e que não estão registradas, de acordo com orientação do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - é de R\$ 3.454.850,49 em 31 de dezembro de 2020.

12. RESSARCIMENTO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO FAMESP: Em 11/12/2012 foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a Resolução SS nº 116, de 10/12/2012, que dispõe sobre a proibição de retenção de valores dos repasses financeiros destinados a convênios e contratos de gestão celebrados no âmbito da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, a título de taxa de administração. Contudo, o mesmo documento legal, autoriza o ressarcimento da despesa operacional, através de rateio, na hipótese de concentração pela Organização Social de Saúde, de parte dos serviços gerenciais em suporte técnico diretos à Administração, vinculando ao contrato de gestão. Desta forma, buscando se adequar a nova realidade, a FAMESP passou a reter suas despesas, repassando proporcionalmente este valor a cada unidade por ela administrada, utilizando-se como critério de rateio, o valor repassado pela Secretaria da Saúde. Em 2020 o repasse do Hospital Estadual de Bauru representou o montante de R\$ 1.605.151,10, estando classificado dentro de despesas administrativas.

13. IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS USUFRUÍDAS: Em atendimento à Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, ao Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, à Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012 e à Lei nº 11.024 de 02 de setembro de 2015, são objeto de renúncia fiscal em razão de imunidade tributária preconizada no art. 150, inciso VI letra "C" e artigo 195 parágrafo 7º da Constituição Federal de 1988 os seguintes tributos em 2020: Imposto de Renda Pessoa Jurídica; Contribuição Social sobre Lucro Líquido; PIS sobre Faturamento; COFINS sobre Faturamento; Imposto sobre Operações Financeiras; Cota Patronal INSS – Folha de Pagamento; Cota Patronal INSS – Prestadores de Serviço; PIS – Folha de Pagamento; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; A FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR - FAMESP usufrui de benefícios relativos às imunidades previdenciárias – cota patronal, devido ao certificado emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 17/10/2003 com validade até 16/10/2006 por meio do processo nº 4408.00118/2003-51. Tendo sido renovado através do processo nº 710.010.173/2006-17 com validade até 16/10/2009. Devido a alteração da Lei nº 12.101/2009 o certificado passou a ser emitido pelo Ministério da Saúde. Em 2011/2011 através da Portaria nº 1759 publicada no DOU em 01/12/2017, foi deferido o certificado com validade de 17/10/2009 a 16/10/2012. Foi protocolado em 23/06/2012 requerimento de renovação cujo processo está registrado sob nº 25000.1085082015-28 com validade de 17/10/2012 a 16/10/2015, sendo que, em 24/09/2018 o referido pedido foi indeferido, mas conforme posição dos assessores jurídicos, este indeferimento não deverá influir em contabilidade a FAMESP, inclusive porque, na sequência, este certificado não foi renovado pelo Conselho de Fomento em 09/09/2015 conforme processo nº 25000.14716/12015-81, válido para o período de 17/10/2015 a 16/10/2018. Nos termos da Portaria n. 1.856, de 26 de novembro de 2018, o pedido foi deferido, tendo como validade o período de 03 (três) anos a contar da data da publicação no Diário Oficial da União – DOU, de 28 de novembro de 2018. Assim, a FAMESP está certificada até novembro de 2021, não estando nenhum processo em tramitação no Departamento de Certificação de Entidade beneficiária de Assistência Social – Ministério da Saúde - DCEBAS/MS.

14. COMPROMISSOS: No encerramento do exercício de 2020, a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requerem divulgação nas demonstrações financeiras.

15. EFEITOS DA PANDEMIA – Covid-19: Em março de 2020 o HEB, tornou-se referência para os 68 municípios da região do DRS Bauru, no atendimento dos pacientes suspeitos e/ou confirmados COVID-19, a alteração em questão elevou os custos do Hospital em razão de: -Adequações na infraestrutura do Hospital visando o atendimento dos pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS; -Aumento na demanda de atendimento e atendimento de enfermagem em razão de falta de UTI e enfermarias, ocasionando o desabastecimento de equipamentos, medicamentos e materiais médicos hospitalares gerando a súbita elevação dos seus valores; -Inclusão de novos protocolos de atendimento e tratamento para SARS CoV-2, para garantir a assistência adequada, contribuindo para o aumento do consumo de itens de segurança no manejo do paciente e da equipe na linha de frente; -Infecção por Covid de colaboradores, ocasionando o aumento de horas extras e contratação de novos profissionais.

Botucatu, 05 de fevereiro de 2021.

ANTONIO RUGOLO JUNIOR ALEXANDRE LUIZ ORLATO
DIRETOR PRESIDENTE CONTADOR CRC nº 15SP214.522/O-6

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR HOSPITAL ESTADUAL DE BAURU CNPJ: 46.230.439/0003-73			
CONTRATO DE GESTÃO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PROCESSO: Nº 001.0500.006037/2017			
Relatório de Produção do Exercício de 2020			
Internações	Contratado	Realizado	%
Clinica Médica	5.592	6.807	21,73
Pediatria	2.040	1.475	-27,7
Total	7.632	8.282	8,52
Saídas Hospitalares	Contratado	Realizado	%
Eletivas	5.688	1.921	-66,23
Urgências	2.040	1.826	-10,49
Total	7.728	3.747	-51,51
Hospital Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais	Contratado	Realizado	%
Hospital Dia	1.320	771	-41,59
Cirurgias Ambulatoriais	6.120	4.822	-21,21
Total	7.440	5.593	-24,83
Urgência / Emergência	Contratado	Realizado	%
Consultas de Urgência	10.800	10.676	-1,15
Total	10.800	10.676	-1,15
Atividade Ambulatorial	Contratado	Realizado	%
Consultas Médicas	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	21.864	14.521	-33,58
Interconsultas	12.000	12.428	3,57

continua

continuação		Contratado		Realizado		%	
Consultas Subseqüentes	78.252	83.742	7,02				
Sub Total	112.116	110.691	-1,27				
Consultas Médicas (Com Telemedicina)	Contratado	Realizado	%				
Primeiras Consultas Rede	21.864	14.528	-33,55				
Interconsultas	12.000	12.432	3,6				
Consultas Subseqüentes	78.252	95.226	21,69				
Sub Total	112.116	122.186	8,98				
Consultas Não Médicas	Contratado	Realizado	%				
Interconsultas	14.400	22.314	54,96				
Consultas Subseqüentes	9.480	8.671	-8,53				
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	7.500	4.599	-38,68				
Sub Total	31.380	35.584	13,4				
Consultas Não Médicas (Com Telemedicina)	Contratado	Realizado	%				
Interconsultas	14.400	22.443	55,85				
Consultas Subseqüentes	9.480	9.255	-2,37				
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	7.500	4.599	-38,68				
Sub Total	31.380	36.297	15,67				
Total	286.992	304.758	6,19				

SADT Externo		Contratado		Realizado		%	
Diagnóstico por Laboratório Clínico	144.000	129.710	-9,92				
Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatológica	4.800	11.506	139,71				
Diagnóstico por Radiologia	4.980	4.983	0,08				
Diagnóstico por Ultra Sonografia	4.812	4.716	-2,0				
Diagnóstico por Tomografia	1.728	2.086	20,83				
Diagnóstico por Ressonância Magnética	2.160	1.541	-10,14				
Diagnóstico por Endoscopia	2.400	2.463	2,63				
Métodos Diagnósticos em Especialidades	7.080	6.428	-9,21				
Total	171.960	163.835	-4,72				
Tratamentos Clínicos	Contratado	Realizado	%				
Tratamento em Oncologia – Quimioterapia	12.000	12.014	0,12				
Tratamento em Oncologia – Hormioterapia	9.360	9.073	-3,07				
Total	21.360	21.087	-1,28				
Tratamento em Nefrologia-Diálise	0	874	0				
Tratamento em Nefrologia – Tratamento Dialítico	27.600	28.573	3,53				

